

## **TENDÊNCIAS/DEBATES**

**O governo Dilma conseguirá erradicar a pobreza no Brasil?**

**NÃO**

### **Osso muito duro de roer**

**JOSÉ ELI DA VEIGA**

A pobreza não será erradicada em poucos anos, por pior que seja definida mediante ínfimas "linhas" ou "patamares" de insuficiência de renda monetária. Como se faz nos Estados Unidos, onde o número de pobres tem oscilado entre 13% e 17% da população. Ao longo de um decênio, 40% das pessoas caem, em algum momento, abaixo da linha de pobreza. Mais: 58,5% serão pobres por ao menos um ano entre seus 25 e 75 anos.

Na Europa, prefere-se uma abordagem mais flexível: pobre é quem ganha menos de 60% da renda mediana nacional. (Atenção, "mediana", e não "média", como andam sugerindo por aqui). Apesar de melhor, não passa de outra versão da mesmíssima crença: de que para delimitar a pobreza basta que se convencie o valor da renda monetária divisória.

Todavia, como pobreza é privação de capacidades básicas, jamais deveria ser medida apenas com estatísticas de insuficiência de renda.

É pobre mesmo quem tiver boa renda monetária caso esteja impedido de convertê-la em vida decente. Por falta de saúde, de educação e de muitas outras carências.

Essa afirmação resulta de imensa quantidade de minuciosas pesquisas feitas por equipes de primeira linha junto às populações mais desvalidas do mundo. Foram sintetizadas no livro *Desenvolvimento como liberdade*, do prêmio Nobel Amartya Sen (Companhia de Letras, 2000). Principalmente no quarto capítulo, intitulado "Pobreza como privação de capacidades".

É leitura recomendável a quem acredite que só menos de um terço da população brasileira continue pobre porque em 2008 já não passavam de 28,8% os condenados a se virar com menos de meio salário mínimo. Basta outro dado bem objetivo para perceber que mais de metade da população permanece pobre: o acesso à rede de esgotamento sanitário. Não usufruem desse direito básico 56% da população total do país.

Falta de esgoto impacta a inteligência das pessoas por causa de infecções parasitárias na infância. Evidência consolidada por Christopher Epping e colaboradores no periódico científico "Proceedings of the Royal Society" e relatada nesta **Folha** pelo médico Drauzio Varella em sua coluna de 11/09/2010 ("Inteligência e pobreza").

O cérebro é o órgão do corpo humano que mais consome energia: 87% no recém-nascido, 44% aos cinco anos, 34% aos dez. As infecções

parasitárias desviam energia para ativar o sistema imunológico. Repetidas diarreias até os cinco anos roubam do cérebro as calorias necessárias a seu desenvolvimento, comprometendo a inteligência para sempre.

É pura ilusão, portanto, supor que não sejam pobres pessoas que padeçam dessa catastrófica privação que é o permanente risco de contrair parasitoses, só porque tenham renda superior a "x" reais. Chega a soar como propaganda enganosa o uso desse tosco expediente para dizer que a pobreza está sendo erradicada. Esconde a inépcia dos governos em garantir saneamento.

O número de moradias insalubres diminuiu dez pontos entre 1995 e 2002 (de 59,1% para 49,5%), e mais cinco entre 2003 e 2008 (de 48,3% para 43%). Mantidos tais níveis de desempenho, a universalização do esgoto com tratamento só ocorreria em 2060. Se o investimento dobrasse e a produtividade aumentasse um terço, essa meta poderia ser atingida em 2024. Com razoável aumento do quociente de inteligência (QI) médio, chamado de "efeito Flynn".

Em suma: seriam necessários quatro governos bem melhores que os de Lula para que a pobreza fosse minimizada.

---

**JOSÉ ELI DA VEIGA**, 62, é professor titular de economia da USP.  
Site: [www.zeeli.pro.br](http://www.zeeli.pro.br).

**SIM**

## **Estratégia para o fim da miséria**

**FRANCISCO MENEZES**

A erradicação da miséria foi anunciada por Dilma Rousseff como prioridade social do seu governo. O problema atinge ainda milhões de brasileiros e apresenta as mais variadas faces.

Famílias rurais sem condições produtivas, populações de rua nas grandes cidades, povos indígenas que perderam as terras, quilombolas carentes de serviços essenciais, idosos desassistidos, essas são apenas algumas das muitas caras da pobreza extrema.

O fim da miséria exige respostas às diferentes formas do problema.

A tarefa é difícil, mas possível. Para isso, o governo que começa hoje deve orientar a sua atuação por três eixos estratégicos: uma política clara e com recursos suficientes, a gestão articulada dessas ações e a participação da sociedade para garantir a aplicação das medidas.

Nos dois mandatos do presidente Lula, a principal ação nessa área foi o Bolsa Família. O programa atacou o que é comum às distintas formas de pobreza, a insuficiência de renda, e retirou quase 10 milhões de pessoas dessa condição. Porém, para os cerca de 8 milhões restantes, a faixa mais pobre dos mais pobres, vai ser preciso mais.

É indiscutível que será a educação universal de qualidade que romperá o ciclo intergeracional da pobreza, mas tal resultado só virá a longo prazo e se o Estado garantir agora as condições para isso. Assim, o Bolsa Família deve continuar e incorporar os que nele não ingressaram, e o valor transferido deve ser corrigido. A atual média de R\$ 95 mensais por família está aquém do necessário para os que não possuem outra renda estável.

O aprofundamento de outras iniciativas é indispensável. Habitação, saneamento básico, maior oferta e barateamento de transporte, o acesso à energia elétrica e iniciativas de inclusão produtiva são alguns dos itens de uma cesta básica para o resgate da miséria.

Ainda assim, não basta somar ações. Será decisiva a capacidade de potencializar os impactos dos programas, articulá-los numa perspectiva intersetorial, colocá-los um a serviço do outro.

Uma câmara social ativa, com ministros e secretários, sob a coordenação da Presidência da República, é crucial para a convergência e a otimização das iniciativas. Com os programas certos e integrados, falta o maior desafio: a disposição e a capacidade dos atores locais para aplicar as políticas nos territórios, e o acompanhamento público necessário para isso.

O governo não pode mobilizar a sociedade, mas deve abrir os espaços públicos à participação.

Investimento, gestão e participação social formam o tripé para a erradicação da miséria, para um processo inédito de constituição de cidadania no Brasil, cidadania que só existe de fato quando é para todos.

---

**FRANCISCO MENEZES** é diretor do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, ONG fundada por Betinho). Foi presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).